

O Impacto do Ciberativismo no Processo de Empoderamento:

O Uso de Redes Sociais e o Exercício da Cidadania

Stêvenis Moacir Moura da Fonseca¹

Andréa Pereira da Silva²

José Gilson de Almeida Teixeira Filho³

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2017.41.59-84>

Recebido em: 12/6/2015

Aceito em: 7/10/2016

Resumo

Este artigo aborda o impacto do ciberativismo no processo de empoderamento da sociedade civil. Nesse contexto o objetivo principal foi o de descrever como os cidadãos utilizam as redes sociais para exercer sua cidadania. A pesquisa desenvolveu-se por meio de abordagem quantiqualitativa, com base na realização de entrevistas qualitativas e a aplicação de um questionário *on-line* respondido por 221 ciberativistas comprometidos com a problemática socioambiental da cidade do Recife, *locus* da pesquisa. Para a análise dos dados qualitativos foi utilizada a análise de conteúdo proposta por Bardin. A amostra qualitativa, entretanto, restringiu-se apenas a dois ciberativistas dos mais atuantes, enquanto para os dados quantitativos foi utilizada a estatística por meio da amostra infinita. Os resultados obtidos evidenciam que a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) tem promovido um revigoramento do papel do cidadão na esfera pública.

Palavras-chave: Ciberativismo. Relações de poder. Cidadania.

¹ Doutorando em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Administração – Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável pela Universidade de Pernambuco (UPE). Graduado em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). stevenismoura@gmail.com

² Mestre em Administração – Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável pela Universidade de Pernambuco (UPE). Graduada em Turismo pela Faculdade Salesiana do Nordeste (Fasne). andreapsil2@hotmail.com

³ Doutor em Ciências da Computação (2010), mestre em Engenharia de Produção (2005), especialista em Finanças (2014). Graduação em Sistemas de Informação (2003). Professor-adjunto da Universidade Federal de Pernambuco (Ufpe). jgtilho@gmail.com

CYBERACTIVISM IMPACT IN THE PROCESS OF EMPOWERMENT: THE USE OF SOCIAL NETWORKS AND THE EXERCISE OF CITIZENSHIP

Abstract

This article discusses the impact of cyberactivism in civil society empowerment process. Within this context the main objective was to describe how citizens use social networks to exercise their citizenship. The research was carried out through qualitative and quantitative approach, based on the achievement of qualitative interviews and the application of an on-line questionnaire answered by 212 cyberactivists committed to social and environmental problems of the city of Recife, research locus. For the analysis of qualitative data, we used the content analysis proposed by Bardin. However, the sample restricted only two of the most active cyberactivists, while for the quantitative data we used the statistics through infinite sample. The results show that the use of ICT has promoted an invigoration of the citizen's role in the public sphere.

Keywords: Cyberactivism. Power Relations. Citizenship.

Desde o final dos anos 90 até os primeiros anos do século 21 o ciberativismo revelou-se uma nova forma de ativismo, a partir da atuação de indivíduos e grupos por meio das redes sociais cibernéticas. As novas Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs) têm proporcionado um cenário de engajamento e mobilização social (LÉVY, 1999; RODRIGUES, 2003).

Conseqüentemente, os movimentos sociais reportam-se a ações coletivas, provenientes de processos geralmente não institucionais de pressão, com o intuito de “mudar a ordem social existente, ou parte dela, e influenciar os resultados de processos sociais e políticos que envolvem valores ou comportamentos sociais ou, em última instância, decisões institucionais [...] e [...] políticas públicas” (MACHADO, 2007, p. 252).

Por essa razão, o objetivo central deste estudo foi o de descrever como os cidadãos utilizam as redes sociais para exercer sua cidadania. Nesse sentido, a participação social é o processo pelo qual as diversas camadas sociais têm parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade. Sendo assim, a construção de uma sociedade participativa implica necessariamente a conscientização das pessoas e suas relações de poder (FOUCAULT, 1986; FREIRE, 1987, 1996).

Com este propósito foi realizado, inicialmente, um levantamento do perfil dos ciberativistas comprometidos com a problemática socioambiental, o desenvolvimento e o bem-estar da cidade do Recife, com o intuito de compreender esse fenômeno social e seu impacto.

Revisão de Literatura

O Ciberativismo

O ciberativismo, ou ativismo digital, é parte integrante da mobilização, marcado pela cibercultura, e com perspectivas de crescimento, na medida em que há um aumento na democratização do acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Essas novas tecnologias inauguraram um

modelo descentralizado e universal de circulação de informações, permitindo uma comunicação individualizada que vem causando, como sinaliza Santaella (2003), mudanças estruturais mais significativas na produção e distribuição de informações, pois as tecnologias digitais tanto alteram de modo relevante os padrões de produção quanto de difusão da cultura midiaticizada.

Esse ambiente propício tem estimulado os cidadãos a denunciarem a deficiência de políticas públicas nas cidades e tem incentivado práticas colaborativas na sociedade, com os indivíduos propondo soluções de problemas para o bem comum da população. Na cibercultura, as mídias não simplesmente convivem, mas convergem na coexistência de uma cultura de massa que permanece e da cultura das mídias ainda em plena atividade (SANTAELLA, 2003).

Outro conceito que reforça a ideia da cibercultura foi cunhado por Silva (2009):

A cibercultura se constitui como conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço (...). A cibercultura emerge com o ciberespaço constituído por novas práticas comunicacionais (*e-mails*, listas, *weblogs*, jornalismo *on-line*, *webcams*, *chats* etc.) e novos empreendimentos que aglutinam grupos de interesse (cibercidades, *games*, *software* livre, ciberativismo, arte eletrônica, MP3, cibersexo, etc.) (p. 91).

Pode-se destacar que a cibercultura não apenas destrói hierarquias e fronteiras, mas que também as institui em um processo complexo de desterritorializações (LEMOS, 2006). Assim, o ativismo digital surge como uma ferramenta a mais para os atos de manifestação e mobilização social; uma não excluindo a outra.

A Cidadania

A cidadania é um conceito histórico cujo sentido varia no tempo e no espaço, e que se instaura a partir de processos combativos e vigilantes que configuram o cidadão em cada um dos Estados-nacionais contemporâneos, afinal, é o exercício da cidadania que rege o destino da sociedade (PINSKY; PINSKY, 2013). Nesse sentido, pode-se supor que há ganhos nesse processo, na medida em que o ciberativismo acena com a possibilidade da autonomia e conscientização do indivíduo.

Por outro lado, Carvalho (2002) esclarece que a cidadania plena é exercida por meio dos direitos civis (direitos fundamentais à vida, à liberdade, à igualdade, à propriedade, em uma sociedade capitalista), direitos políticos e direitos sociais perante um Estado democrático. Ademais, vivemos uma crise do Estado-nação, com a redução do poder do Estado, o qual afeta principalmente os direitos políticos e sociais. Demo (2007, p. 10) enfatiza que em uma sociedade capitalista o principal problema do Estado “nunca será seu tamanho ou sua presença, mas a quem serve”. Desse modo, o autor afirma que: “O Estado não é o que diz ser nem o que quer ser, mas o que a cidadania popular organizada o faz ser e querer” (p. 54).

Segundo Carvalho (2002), outro agravante no exercício da cidadania brasileira refere-se à inversão da instauração da sequência de Marshall, que defende os direitos civis como a base da pirâmide da cidadania; em seguida, os direitos políticos e depois os direitos sociais. Infelizmente, no Brasil, a pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça para baixo.

Essa situação contribui para um quadro de desigualdade social e, por outro lado, ações paternalistas pelo Estado, em vez da instituição dos direitos civis à população brasileira. Tendo em vista esse panorama sobre a cidadania brasileira, Carvalho (2002) posiciona-se da seguinte maneira:

[...] o exercício continuado da democracia política, embora imperfeita, permite aos poucos ampliar o gozo dos direitos civis o que, por sua vez, poderia reforçar os direitos políticos, criando um círculo virtuoso no qual a cultura política se modificaria (p. 224).

Tendo em vista esse contexto sobre a cidadania brasileira, na sequência analisaremos a questão sobre o empoderamento. É aí que entra em cena a relação do poder, entendida como um processo de mediação ao empoderamento, especificamente sob as perspectivas de Freire e Foucault.

Cabe salientar que as relações de poder são provenientes das relações sociais. Ou seja, a relação de poder ocorre pela expressão das liberdades individuais entre as pessoas, bem como pela capacidade de mobilizar, construir e estabelecer relações e alianças em um campo social (FOUCAULT, 1986; FREIRE, 1987, 1996), sem que necessariamente possua um *status*, seja ele econômico, político ou social. Afinal, a capacidade de decidir sobre a própria vida transcende o indivíduo e se materializa na sociedade.

O Processo de Empoderamento

Indiscutivelmente, na literatura, o termo empoderamento (*empowerment*) detém ampla variedade de interpretações e significados, uma vez que se trata de um conceito complexo, ambíguo, multidisciplinar e dinâmico. De modo geral, o conceito associa-se com o de autonomia, pois se refere à capacidade de ação e decisão dos indivíduos e grupos sociais. É a partir do final da década de 60, contudo, quando a sociedade civil fortalece-se como ator coletivo, que o termo passa a ser utilizado pelos movimentos sociais, ávidos críticos do modelo de desenvolvimento econômico dominante, principalmente nos países emergentes e pobres (ROMANO; ANTUNES, 2002; OAKLEY; CLAYTON, 2003).

A constatação de uma distribuição mais equitativa do poder poderia proporcionar uma perspectiva de rompimento dos arquétipos de desenvolvimento socioeconômico que disseminam e/ou incrementam o ciclo de pobreza endêmica, dos elevados índices de desigualdades sociais e da alienação de direitos civis básicos existentes em grande parte dos países.

Dessa maneira, o processo de empoderamento reporta-se a posições relacionadas ao poder formal e informal desfrutado por diferentes grupos sociais, ou seja, um processo de empoderamento que visa a intervir nos desequilíbrios e auxiliar no incremento do poder daqueles grupos desprovidos dele (OAKLEY; CLAYTON, 2003).

A partir da década de 1990 o termo empoderamento sofre uma generalização do seu uso, em particular promovido por bancos e agências de desenvolvimento multilaterais e bilaterais, governos e Organizações Não Governamentais (ROMANO; ANTUNES, 2002; OAKLEY; CLAYTON, 2003), ante a crescente necessidade de adoção de um modelo de desenvolvimento sustentável, de acordo com as recomendações da 2ª Conferência Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992 no Rio de Janeiro (UN, 1992).

Sobre esse aspecto de generalização Romano e Antunes (2002) fazem a seguinte reflexão:

[...] com muita frequência vem sendo usado principalmente como instrumento de legitimação para eles continuarem fazendo, em essência, o que antes faziam. Agora com um novo nome: empoderamento. Ou para controlar, dentro dos marcos por eles estabelecidos, o potencial de mudanças impresso originariamente nessas categorias e propostas inovadoras. Situação típica de transformismo (gattopardismo): apropriar-se e desvirtuar o novo, para garantir a continuidade das práticas dominantes. Adaptando-se aos novos tempos, mudar tudo para não mudar nada (p. 10).

A questão fundamental, portanto, desse fato, é entender a natureza das relações estabelecidas entre o empoderamento e o desenvolvimento humano e, assim, viabilizar um arquétipo socialmente justo. Para tanto há, em nosso entendimento, a indicação de conhecer as relações do poder, sobretudo em uma perspectiva que gere valor à sociedade. Para tanto recorremos a Paulo Freire e Foucault.

Em linhas gerais, o empoderamento, enquanto processo, refere-se tanto à dimensão: psicológica quanto à social, organizacional, cultural, econômica e política, ou seja, é interdependente e multidisciplinar. Nesse sentido, o empoderamento social implica o desenvolvimento de capacidades das pessoas excluídas, para transformar as relações de poder que limitam o acesso e as relações em geral com o Estado, o mercado e a sociedade. Por outro lado, esse processo difere da simples construção de habilidades e competências, reportando a uma perspectiva emancipatória. Dessa maneira, deve-se entendê-lo como um processo dialético, uma luta pelos direitos e a resistência constante contra a opressão e as desigualdades.

De acordo com a percepção de Freire e Shor (1986), o empoderamento trata-se de um sistema emancipatório por meio do ato social, ou seja, um processo coletivo a partir de um processo de conscientização, uma reflexão crítica.

Mesmo quando você se sente, individualmente, mais livre, se esse sentimento não é um sentimento social, se você não é capaz de usar sua liberdade recente para ajudar os outros a se libertarem através da transformação da sociedade, então você só está exercitando uma atitude individualista no sentido do *empowerment* ou da liberdade (FREIRE; SHOR, 1986, p. 135).

Afinal, Freire (1987, p. 29) enfatizou que “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”. Neste caso, “Estamos convencidos, [...], de que a reflexão, se realmente reflexão, conduz à prática” (FREIRE, 1987, p. 29); entretanto tal “[...] liberdade

requer que o indivíduo seja ativo e responsável, não um escravo [...]” (p. 31), pois a participação social faz cada um desenvolver a consciência de seu poder, de sua cidadania ou do que é negado para obtê-la (FOUCAULT, 1986; FREIRE, 1987, 1996).

Foucault (1986) claramente expõe que o poder tem tanto um papel negativo quanto positivo na sociedade, todavia o destaque sobre seu aspecto negativo evidencia uma estratégia para que uma minoria, ou seja, uma certa classe social, apresente-se como única detentora deste poder. Esse fato, entretanto, não retrata a verdade, afinal, o real poder não se configura como algo negativo, nem fonte de dominação; em vez disso, é algo capaz de edificar, educar e transformar uma sociedade.

Segundo Foucault (1986), o poder não existe, o que existe são as relações de poder, conforme explicou:

O poder, isto não existe. Eu quero dizer isto: a idéia que há, um lugar qualquer, ou emanando de um ponto qualquer, algo que é um poder, me parece baseada em uma análise enganosa, e que, em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos. Na realidade, o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado (p. 140).

Sendo assim, na análise sobre o poder Foucault concentra-se nas relações sociais, essas sim é que emanam poder. Afinal, segundo o autor:

De fato, o poder em seu exercício vai muito longe, passa por canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo, porque cada um de nós é, no fundo, titular de um certo poder e, por isso, veicula o poder. O poder não tem por função única reproduzir as relações de produção. As redes da dominação e os circuitos de exploração se recobrem, se apoiam e interferem uns nos outros, mas não coincidem (1986, p. 90).

Nesse sentido, devemos “considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir” (Foucault, 1986, p. 8). Sendo assim, o poder é responsável pelo desenvolvimento de uma localidade ou de uma nação. Neste caso, “A informação é poder. A comunicação é contrapoder” (CASTELLS, 2006, p. 231). Consequentemente, as TICs tendem a contribuir para autonomia da sociedade perante os grupos excludentes que se consideram detentores do poder. Afinal, vivemos, em uma sociedade em rede.

O Uso de Redes Sociais e o Exercício da Cidadania

Pode-se afirmar que as tecnologias digitais, especificamente o uso das redes sociais, tendem a promover a democracia. Como observa Frey (2002), porém, só trarão benefícios se o engajamento dos cidadãos na esfera pública virtual resultar em consequências para o real processo de tomada de decisão local.

Na visão de Castells (2013), os movimentos iniciados silenciosamente na *web*, para depois ruidosamente ganharem as ruas, contribuem para o estímulo do debate e da expressão sem censura dos sentimentos comuns do povo. O mesmo autor ainda complementa que “os movimentos apenas não nascem da pobreza ou do desespero político, mas exigem uma mobilização emocional desencadeada pela indignação que a injustiça gigante provoca” (2013, p. 159); os movimentos são simultaneamente locais e globais.

Desse modo, apesar de certo otimismo sobre o uso das redes sociais especialmente por parte de alguns autores (NEGROPONTE, 1995; RHEINGOLD, 1996; LÈVY, 1995, 1999; TOFFLER, 1995), existem debates mais cautelosos em relação ao verdadeiro alcance da intervenção transformadora destas tecnologias, principalmente no que diz respeito à política (COLEMAN, 1999; HAGUE; LOADER, 1999; LIEVROUW; LIVINGSTONE, 2002; MAIA, 2002; MALINA, 1999; PAPACHARISSI, 2002; SCHMIDTKE, 1998; SPINELLI, 2000; WHILHELM, 1999; WEBSTER,

2002). Para alguns teóricos (MALINA, 1999; SCHMIDTKE, 1998), as TICs seriam marcadas por uma natureza ambígua e o seu uso para fins políticos benéficos depende, sobretudo, não da sua capacidade interativa, mas do modo de apropriação social.

Neste caso, em uma sociedade capitalista, o processo emancipatório é regido essencialmente pela inclusão adequada no mercado de trabalho e pela cidadania (DEMO, 2007, p. 10). Sendo assim, a cidadania não nos é dada, é exercida e conquistada. Por essa razão, Demo (1995, p. 149) nos alerta: “Por vezes a confundimos com movimentos populares esporádicos; quando o que vale, de verdade, é a cidadania cotidiana. O cidadão que todo dia exerce sua cidadania é fator essencial da democratização da sociedade e da economia”.

Em síntese, o processo emancipatório é inevitavelmente de confronto, a partir de uma consciência crítica. Ou seja, contrapondo-se à resignação, conforme defendeu Freire (1996, p. 47): “Não é na resignação mas na rebeldia em face das injustiças que nos afirmamos”.

Nesta situação não devemos “[...] tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, [...]. [...] O poder funciona e se exerce em rede” (FOUCAULT, 1986, p. 103).

Sendo assim, a participação da sociedade civil na gestão de políticas públicas é um elemento para efetividade e, sobretudo, democratização do poder local. Aproximar o cidadão dos responsáveis pela gestão da cidade favorece a construção do município como ente federativo e, ao mesmo tempo, possibilita aos governos locais tomarem decisões que atendam às necessidades dos cidadãos (JUNQUEIRA, 2000).

Nessa perspectiva, “o que é irreversível [...] é o empoderamento dos cidadãos, sua autonomia comunicativa e a consciência dos jovens de que tudo que sabemos do futuro é que eles o farão” (CASTELLS, 2013, p. 182).

Procedimentos Metodológicos

Abordagem quantitativa e qualitativa

A metodologia deste estudo foi embasada na abordagem quanti-qualitativa, com a realização de entrevistas qualitativas e a aplicação de um questionário *on-line* respondido por 221 ciberativistas comprometidos com a problemática socioambiental da cidade do Recife, cujos dados foram coletados no período de fevereiro a julho de 2014.

Na pesquisa quantitativa os dados foram coletados por meio de questionários respondidos pelos ciberativistas no *link* integrado ao *Google Drive* (<<https://drive.google.com>>), a fim de averiguar: como utilizam as redes sociais para exercício da cidadania. Ademais, a partir dessas informações foi definido o perfil dos ativistas digitais deste estudo.

De acordo com *Social Bakers* (2013), o Recife detém em número de usuários no *Facebook* mais de 770.000 perfis. Considerando um universo amostral com mais de 770.000 perfis na cidade do Recife e a informação de que 5% dos internautas utilizam as redes sociais para protestar, chegou-se à informação de que a cidade do Recife tinha em torno de 38.500 ciberativistas. Com essa população, a amostra da pesquisa foi probabilística, não aleatória e não estratificada, sendo escolhidos casos que representassem o “bom julgamento” da população da pesquisa. Sendo assim, foi utilizada a estatística por meio da amostra infinita para definição da amostragem.

A fórmula para cálculo da amostra infinita se dá pela expressão:

$$n = \frac{\sigma^2 \cdot p \cdot q}{e^2}$$

n = tamanho da amostra infinita.

σ^2 = nível de confiança escolhido, expresso em número de desvio-padrão.

p = percentual com o qual o fenômeno se verifica.

q = percentual complementar (100 – p).

e^2 = erro máximo permitido.

O nível de confiança adotado na pesquisa foi de 95,5%, o erro máximo foi de 3% e o fenômeno se verifica em 5%, resultando em 211,11 o tamanho da amostra; para efeito didático foi aproximado para 212 respondentes.

De acordo com a fórmula para cálculo de amostra infinita, o objetivo foi avaliar no mínimo 212 ciberativistas, aleatoriamente, conforme interesse do respondente. A divulgação foi feita por *e-mail*: o *link* do questionário foi enviado para duas Instituições de Ensino Superior (IES) localizadas em Recife, para os cursos de Administração e Sistema de Informação. Além disso, houve o contato pessoal com a comunidade acadêmica do Centro de Filosofia e Ciências Humanas de uma das IES, estimulado o compartilhamento da mesma maneira. Foi feito um direcionamento do *link* para alguns ativistas que participavam da comunidade chamada Direitos Urbanos,⁴ do *Facebook*, como uma forma de angariar mais respondentes. No total foram 221 participantes.

Os critérios de inclusão na amostra compreenderam: consentimento livre e esclarecido (livre-arbítrio em participar da pesquisa) por meio da concordância da primeira questão do questionário; e se declarar ativista pelas redes sociais, com foco na cidade do Recife.

A fim de analisar o desvio da percentagem com que se verifica o fenômeno foi utilizada a fórmula a seguir:

$$\sigma_p = \sqrt{\frac{p \cdot q}{n}}$$

σ_p = erro padrão ou desvio da percentagem com que se verifica determinado fenômeno.

p = percentual com o qual o fenômeno se verifica

q = percentual complementar (100 – p)

n = número de elementos incluídos na amostra

⁴ O grupo Direitos Urbanos/Recife surgiu em 2011 da articulação de pessoas interessadas em política e preocupadas com os problemas da cidade do Recife. A partir de um grupo de pessoas que se conheciam *off-line*, o grupo foi se expandindo através das redes sociais (DIREITOS URBANOS, 2014).

O percentual de verificação do fenômeno é de 5%. Adotando a fórmula, achou-se um desvio de 2,24% para o total mínimo de 212 respondentes, entretanto foram investigados o total de 221 entrevistados. Com base nas informações coletadas montou-se um banco de dados no programa *Excel*, no qual foi realizada a análise estatística descritiva e analítica para os dados quantitativos coletados, a fim de embasar a análise e as entrevistas aplicadas.

Enquanto para a análise dos dados qualitativos foi utilizada a análise de conteúdo proposta por Bardin, a amostra qualitativa restringiu-se a apenas 2 ciberativistas dos mais atuantes.

A técnica de análise de conteúdo é definida por Bardin (1977) como

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (p. 37).

Conforme propõe Bardin (1977), os três procedimentos metodológicos da análise de conteúdo foram seguidos rigorosamente: a pré-análise, exploração do material e o tratamento dos resultados. O autor também destaca a relevância da escolha da unidade de análise. Neste caso a categoria escolhida reporta-se à utilização das redes sociais para exercício da cidadania, bem como, ao impacto do ciberativismo no processo de empoderamento da sociedade civil.

Assim, foi realizada uma análise textual a partir da categoria como modo de focalizar o todo por meio das partes, com o intuito de atender ao objetivo da pesquisa. Com isso, tentou-se superar o reducionismo que o exame das partes representa ao todo.

Os sujeitos da pesquisa qualitativa estão descritos no Quadro 1. A fim de preservar a identidade dos participantes foram utilizados os seguintes códigos: Ciberativista 1 e Ciberativista 2. Todas as entrevistas tiveram entre 30 e 40 minutos de duração, foram gravadas e transcritas na íntegra.

Quadro 1 – Perfil dos participantes entrevistados

Perfil	Ciberativista 1	Ciberativista 2
Ocupação	Advogado e professor	Estudante de Administração
Escolaridade	Superior completo	Superior incompleto
Idade	51 anos	20 anos
Ativismo	On-line	On-line e off-line
Sexo	Masculino	Feminino
Principal ferramenta utilizada para mobilização	Facebook	Facebook

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

A escolha dos ciberativistas que compõem a amostra qualitativa deu-se por indicação dos questionários pré-testes que foram aplicados a 30 discentes da Universidade de Pernambuco do curso de Administração; ao responderem se conheciam alguma liderança que se notabiliza pelas redes sociais e no ‘ambiente real’. Os participantes dessa fase não foram contabilizados na amostra final da pesquisa quantitativa. Dessa maneira, o Ciberativista 1 foi mencionado durante o pré-teste em virtude de ser um ativista de longa data e atuante, ou seja, tinha vivenciado um amplo conjunto de experiências para serem relatadas, enquanto o Ciberativista 2 se caracteriza por sua atuação pujante em movimentos sociais nos ambientes *on-line* e *off-line*.

Assim, a categoria escolhida foi contemplada com análises quantitativas e qualitativas por sua pertinência para a compreensão desse fenômeno social. Fazem-se necessários, entretanto, futuros estudos em virtude da complexidade, característica *sine qua non* dos fenômenos sociais.

Caracterização do locus da pesquisa

O *locus* da pesquisa foi Recife, capital do Estado de Pernambuco. A cidade apresenta área de 218,50 km² e 1.537.704 habitantes, correspondendo a 17,48% da população do Estado e a 41,63% da Região Metropolitana do Recife (RMR). É a região metropolitana mais populosa do Norte-Nordeste e a terceira metrópole mais densamente habitada do Brasil, superada apenas por São Paulo e Rio de Janeiro, com uma densidade demográfica de 6.989 habitantes/km² (IBGE, 2010). Infelizmente, esse adensamento populacional não foi acompanhado pelo incremento da infraestrutura básica, o que contribui para sua atual problemática socioambiental.

Diante das constantes mobilizações nas redes sociais – em razão de problemas de segurança urbana, trânsito, dificuldades de estacionamento, precariedade da saúde, da educação, entre outras áreas –, a cidade se apresentou como um *locus* ideal para pesquisa. Além disso, Recife possui um dos maiores parques tecnológicos do país, o Porto Digital, na produção de *softwares* e aplicativos de *smartphones* e *tablets*.

Inclusive, uma rede social chamada Colab (www.colab.re) foi criada no Porto Digital pela empresa Quick e tem como proposta servir de ponte entre cidadãos e prefeituras. Nele, as pessoas podem informar problemas que ocorreram na cidade, sugerir projetos e ainda avaliar serviços públicos. Os dados são enviados aos gestores públicos responsáveis, que têm no Colab uma boa forma de saber tudo que está acontecendo de certo e de errado nas cidades. Esta rede social foi a vencedora do prêmio *AppMyCity* de melhor aplicativo urbano do mundo, em junho de 2013, e funciona vinculada ao *Facebook* (REVISTA EXAME, 2013).

Resultados e Discussão

Segundo observações e análises realizadas neste estudo, foi elaborado um levantamento de perfil do ciberativista comprometido com a problemática socioambiental da capital pernambucana. As variáveis desse perfil encontram-se no Quadro 2.

Quadro 2 – Variáveis analisadas para o perfil dos ciberativistas

Variáveis
Indicadores sociais (gênero, faixa etária)
Escolaridade
Filiação partidária
Participação em movimentos sociais
Liderança social
O uso de rede social/ tipo de plataforma
A causa que motiva a mobilização nas redes sociais
Exercício de cidadania

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Os respondentes do questionário foram 47% do sexo masculino e 53% do sexo feminino. O Quadro 3 apresenta o grau de escolaridade por faixa etária. Verificou-se que 57,7% dos ciberativistas do sexo masculino tinham entre 18 e 29 anos; já os ciberativistas do sexo feminino dessa mesma faixa etária correspondiam a 62,4%, com um percentual significativo ainda cursando o Ensino Superior (53%).

Quadro 3 – Percentual do grau de instrução por faixa etária

Faixa Etária	Masculino			Feminino		
	Superior Incompleto	Superior Completo	Pós-Graduação	Superior Incompleto	Superior Completo	Pós-Graduação
14 a 17 anos	2,9%	-	-	4,3%	-	-
18 a 24 anos	16,3%	-	-	48,7%	1,7%	-
25 a 29 anos	21,2%	13,6%	6,6%	2,6%	6,0%	3,4%
30 a 34 anos	-	19,2%	7,7%	1,7%	4,3%	7,7%
35 a 44 anos	-	-	6,7%	-	-	14,5%
45 anos ou mais	-	-	5,8%	-	-	5,1%

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

O grau de escolaridade dos ativistas que utilizam redes sociais para propor, denunciar ou avaliar políticas públicas é elevado. Pressupõe-se que esses ativistas digitais tenham um grau de conscientização maior.

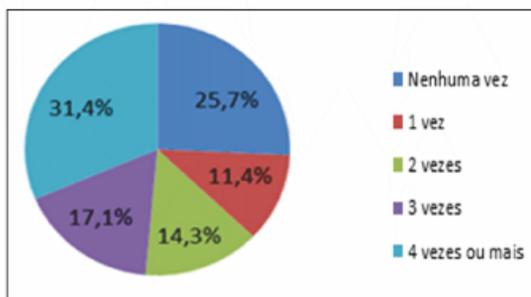
Além disso, pode-se chegar à reflexão de que o processo de redemocratização brasileira desencadeia, simultaneamente, um questionamento sobre a consolidação e o exercício da cidadania. Dessa maneira, é estabelecida uma dialética entre democracia e cidadania, conseqüentemente, sobre as relações de poder entre Estado e sociedade.

As redes sociais podem ser uma alternativa de participação cidadã, alinhadas às necessidades e expectativas dos cidadãos e das organizações da sociedade civil, e, segundo Frey (2003), desempenharão um papel muito mais importante para a legitimidade política do que o sistema representativo tradicional. Sendo assim, elas certamente contribuirão, como já vem ocorrendo, para o exercício da cidadania.

Montoro (1991) apontou os níveis de participação: 1) direito de informar e ser informado, albergando, aí, a transparência nas políticas públicas; 2) fiscalização e controle das gestões; 3) indicação de problemas, soluções, possibilidade de debates, discussões acerca da prestação de serviços; 4) presença nos serviços e obras; 5) atuação efetiva nos processos decisórios.

Uma das formas de exercitar a cidadania se dá por meio das manifestações no ambiente real, aqui denominado também de ambiente *off-line*. A respeito das vezes que os ciberativistas já participaram de manifestações, 25,7% responderam que nunca foram a qualquer manifestação nas ruas, ou seja, cerca de um quarto do total só atua nas redes sociais. Também se pôde concluir que: 11,4% só se manifestaram uma vez; 14,3% se manifestaram duas vezes; 17,1% se manifestaram três vezes e 31,4% afirmaram já ter ido às ruas quatro vezes ou mais. Os dados apresentaram também uma crescente em relação à quantidade de vezes (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Participação em manifestações *off-line*



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Esses dados não têm consonância com o artigo de Frey (2003), que afirma que, na medida em que os temas eletivos determinam cada vez mais a atenção das pessoas e podem ser amplamente satisfeitos devido às novas tecnologias, o interesse e a disposição de se engajar em favor das comunidades locais reais pode diminuir. Há um crescimento da mobilização virtual e acompanhamento na mobilização no ambiente real.

Para os ciberativistas (1 e 2) entrevistados, as redes sociais servem para complementar, cobrar do poder público suas obrigações, e não impede o indivíduo de lutar pelas causas no ambiente *off-line*.

Ciberativista 1: As redes sociais nos ajudam a organizar e conhecer pessoas que possam interferir e influenciar para que o poder público tome alguma providência. (...) Talvez o que tivemos em junho de 2013 foi o embrião do que está por vir. Muito se tem questionado como e por qual motivo, mas acho pouco provável que alguma prefeitura do Brasil (não digo só Recife) esteja preparada para outra manifestação daquela. O povo na rua mostra que quer respeito e as redes sociais permitem que fiquemos na pressão por melhores condições de vida.

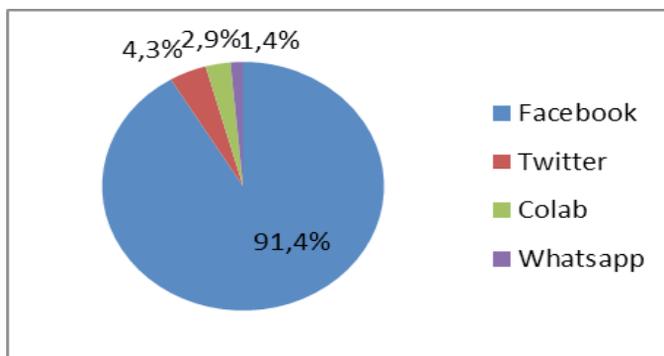
Ciberativista 2: Os políticos têm se distanciado da população e as redes sociais permitiram uma liberdade maior das informações; fez com que criticássemos mais o que está acontecendo. Elas não substituem o povo nas ruas, apenas complementam; ajudam a motivar as pessoas. Você vê um “rolezinho” no shopping, por exemplo, só vai ter graça se todo mundo confirmar. A mesma coisa é um protesto por alguma causa. (...) Estou certa que a Internet será a principal arena das próximas eleições, pois é mais barato e, se for criativo e falar o que realmente se precisa, consegue multiplicar a audiência.

Percebe-se no discurso que não apenas é uma ferramenta para o exercício da cidadania, a rede social transformou-se numa arma poderosa para convencer outras pessoas e despertar para o ambiente *off-line*. Criou-se um ambiente descentralizado, no qual todos podem ser o detentor da palavra, ter voz.

O percentual das redes sociais utilizadas para o ativismo digital foi bastante desproporcional. A maioria absoluta utilizou o *Facebook* para se manifestar, correspondendo a 91,4% do total (Gráfico 2). O *Twitter* vem em seguida, com 4,3%; depois o Colab, com 2,9%; e, por fim, o *Whatsapp*, que foi utilizado por 1,4% dos ciberativistas. Esses dados corroboram com a pesquisa do Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau – IPMN (2013), que

revelou que o *Facebook* é a principal rede social para 93,4% dos recifenses entrevistados, que o utilizam para solicitar melhorias nas políticas públicas. O *Twitter* foi o segundo colocado, com 2,1%.

Gráfico 2 – Redes sociais utilizadas para o ativismo digital



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

No questionário, entretanto, quando questionados se conheciam alguma liderança que se notabilizava pelas redes sociais e no “ambiente real”, 45,7% responderam que não conheciam qualquer liderança, enquanto 54,3% afirmaram que conheciam. Entre essas pessoas que afirmaram conhecer alguma liderança, o percentual indicado foi: 36,8% Grupo Direitos Urbanos; 27,1% Edilson Silva; 21% Marina Silva; 7,8% Pierre Lucena, 6% Belize Câmara; 1,3% Leonardo Cysneiros, Leonardo Boff e Membros da AMEciclo.

A partir da utilização das TICs, é possível afirmar que há um revigoramento do papel do cidadão na esfera pública. Sabe-se contudo, que é preciso haver uma maior democratização, pois as redes sociais ainda não representam a voz de toda a sociedade, mas de segmentos específicos. Boa parte da população ainda não as utiliza para questões de interesse público, voltado para políticas públicas. Quando perguntados se consideravam suficiente a manifestação/mobilização pelas redes sociais, as respostas foram bastante significativas: 5,8% afirmaram que sua atuação nas redes sociais era

suficiente, porém 94,2% responderam que não eram suficientes. Há uma lacuna bastante significativa entre o que fazem e o que poderiam fazer, havendo a necessidade de que pesquisas futuras investiguem esse fenômeno.

Mais do que um incremento na ação mobilizadora, no entanto, a partir desse tipo de ativismo, é essencial a mudança nas relações de poder existentes na cidade do Recife e no Brasil, que perpassa a resistência ao quadro de desigualdade social e problemática socioambiental para construção de relações mais justas e equitativas.

Afinal, como salienta Freire, o empoderamento visa à constituição de um sistema emancipatório que promova uma transformação social a partir de um processo de conscientização do indivíduo em prol da coletividade e, conseqüentemente, da localidade em que está inserido.

Considerações Finais

Este artigo buscou discutir o impacto do ciberativismo no processo de empoderamento da sociedade civil. Dessa maneira, focou-se em descrever como os cidadãos utilizam as redes sociais para exercer sua cidadania, sobretudo nas relações estabelecidas entre os atores sociais que atuam a partir do ativismo digital e as repercussões dessas ações no ambiente real *off-line*, especificamente perante a problemática socioambiental da cidade do Recife, em Pernambuco.

Cada vez mais a sociedade contemporânea passa a participar e mobilizar-se por meio das redes cibernéticas nos processos de mobilização social, embora seja preciso haver uma maior democratização, pois as redes sociais ainda não representam a voz de toda a sociedade, apenas de segmentos específicos. O espaço virtual, no entanto, tem potencializado as ações para o empoderamento.

Em suma, o processo de empoderamento implica necessariamente transformação social. Para tanto o primeiro passo é a conscientização em relação ao seu papel como agente transformador e o reconhecimento do seu estado de desempoderamento. Cabe ressaltar que este processo implica a participação, pois de acordo com Freire, “ninguém liberta ninguém”; da mesma maneira Foucault argumenta que que “o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado”.

Empiricamente o estudo identificou um revigoramento do papel do cidadão na esfera pública, contrapondo-se a um processo de despolitização, todavia a atual ação de mobilização configura-se em seu aspecto geral de maneira apartidária.

Nesse sentido, é importante a promoção e a efetivação de processos participativos na gestão das políticas públicas. Em países cuja democracia é considerada estabelecida, convivem, simultaneamente, formas convencionais e informais de mediação política. Por essa razão o empoderamento implica o início de um processo mais amplo de conquista e exercício da cidadania.

Para tanto a sociedade, em sua totalidade, deve compreender não apenas a importância das relações de poder, mas a mútua associação entre poder, democracia e cidadania. Afinal, essa associação requer a responsabilidade de cada indivíduo. Assim, a compreensão é a um só tempo meio e fim para a constituição da autonomia humana e para uma distribuição equitativa de poder e bem-estar social.

Referências

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. O longo caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTELLS, Manuel. Inovação, liberdade e poder na era da informação. In: MO-RAES, D. De; MATTELART, A. (Ed.). *Sociedade midiaticizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 225-231.

_____. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2013.

COLEMAN, S. Cutting out the middle man: from virtual representation to direct deliberation. In: HAGUE, B.; LOADER, B. D. (Org.). *Digital democracy: discourse and decision making in the information age*. London: Routledge, 1999.

DEMO, Pedro. *Cidadania tutelada e cidadania assistida*. Campinas: Autores Associados, 1995.

_____. *Política social, educação e cidadania*. 10. ed. Campinas: Papirus, 2007.

DIREITOS URBANOS. *Direitos urbanos*. Recife. 2014. Disponível em: <<http://direitosurbanos.wordpress.com/about/>>. Acesso em: 10 out. 2014.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 6. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. *Medo e ousadia – cotidiano do professor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREY, Klaus. Governança eletrônica: experiências de cidades européias e algumas lições para países em desenvolvimento. *Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p. 141-163.

_____. Desenvolvimento sustentável local na sociedade em rede: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação. *Revista de Sociologia e Política*, n. 21, p. 165-185, 2003.

HAGUE, B. N.; LOADER B. D. Digital democracy: an introduction. In: HAGUE, B.; LOADER, B. D. (Org.). *Digital democracy: discourse and decision making in the information age*. London: Routledge, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Resultados do Censo 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA MAURÍCIO DE NASSAU (IPMN). *A cara e força da geração facebook*. Disponível em: <<http://www.ablogpe.com/2013/06/acara-e-forca-da-geracao-facebook.html>>. Acesso em: 27 jun. 2013.

JUNQUEIRA, Rodrigo Gravina Prates. Agendas sociais: desafio da intersectorialidade na construção do desenvolvimento local sustentável. *Revista de Administração Pública*, v. 34, n. 6, p. 117-130, 2000.

LEMOS, A. Ciberespaço e tecnologias móveis. Processos de territorialização e desterritorialização na cibercultura. *Razón y palabra*, 2006. Disponível em: <facom.ufba.br> e <<http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/territorio.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2013.

LÈVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. São Paulo: Editora 34, 1995.

_____. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIEVROUW, L. A.; LIVINGSTONE, S. The social shaping and consequences of ICTs. In: LIEVROUW, L. A.; LIVINGSTONE, S. (Org.). *Handbook of new media: social shaping and consequences of ICTs*. London: Sage, 2002.

MAIA, R. C. M. Redes cívicas e internet: do ambiente informativo denso às condições da deliberação pública. In: EISENBERG, J.; CEPIK, M. (Org.). *Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

MACHADO, Jorge Alberto S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, n. 18, p. 248-285, jul./dez. 2007.

MALINA, A. Perspectives on citizen democratization and alienation in the virtual public sphere. In: HAGUE, B.; LOADER, B. D. (Org.). *Digital democracy: discourse and decision making in the information age*. London: Routledge, 1999.

MONTORO, F. *Participação: democracia com desenvolvimento*. São Paulo: Laser Press, 1991.

NEGROPONTE, N. *A vida digital*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

OAKLEY, Peter; CLAYTON, Andrew. *Monitoramento e avaliação do empoderamento (empowerment)*. Tradução Zuleika Arashiro e Ricardo Dias Sameshima. São Paulo: Instituto Pólis, 2003.

PAPACHARISSI, Z. The virtual sphere: the internet as a public sphere. *New Media & Society*, v. 4, n. 1, p. 9-27, 2002.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *História da cidadania*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

REVISTA EXAME. *App brasileiro Colab vence prêmio AppMyCity*. 2013. Disponível em: <<http://info.abril.com.br/noticias/blogs/download-da-hora/iphone/app-brasileiro-colab-vence-premio-appmycity/>>. Acesso em: 10 out. 2014.

RHEINGOLD, H. *A comunidade virtual*. Lisboa: Gradiva, 1996.

RODRIGUES, Carla. Pós-modernos no ciberespaço-seriam os novos apocalípticos desintegrados? *Alceu: Revista de Comunicação, Cultura e Política*, n. 6-7, p. 53, 2003.

ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta (Org.). *Empoderamento e direitos no combate à fome*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.

SANTAELLA, Lúcia. *Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura*. São Paulo: Paulus, 2003.

SCHMIDTKE, O. Berlin in the net: prospects for cyberdemocracy from above and from below. In: TSAGAROUSIANOU, R.; TAMBINI, D.; BRYAN, C. (Org.). *Cyberdemocracy: technology, cities and civic networks*. London: Routledge, 1998.

SILVA, M. Educação presencial e online: sugestões de interatividade na cibercultura. In: TRIVINHO, Eugênio; CAZELOTO, Edilson (Org.). *A cibercultura e seu espelho: campo de conhecimento emergente e nova vivência humana na era da imersão interativa*. São Paulo: ABCiber; Instituto Itaú Cultural, 2009. p. 90-102.

SOCIAL BAKERS. *Facebook Statistics by City*. Disponível em: <<http://www.social-bakers.com/facebook-statistics/cities/>>. Acesso em: 27 jun. 2013.

SPINELLI, M. Democratic rhetoric and emergent media: the marketing of participatory community on radio and the Internet. *International Journal of Cultural Studies*, v. 3, n. 2, p. 268-278, 2000.

TOFFLER, A. *A terceira onda*. São Paulo: Record, 1995.

WEBSTER, F. The information society revisited. In: LIEVROUW, L. A.; LIVINGSTONE, S. (Org.). *Handbook of new media: social shaping and consequences of ICTs*. London: Sage, 2002.

WHILHELM, A. G. Virtual sounding boards: how deliberative is online political discussion. In: HAGUE, B.; LOADER, B. D. (Org.). *Digital democracy: discourse and decision making in the information age*. London: Routledge, 1999.

UN. United Nations Conference on Environment & Development Rio de Janeiro, Brazil. *Agenda 21*. 1992. Disponível em: <<http://www.sustainabledevelopment.un.org/content/documents/Agenda21.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2015.